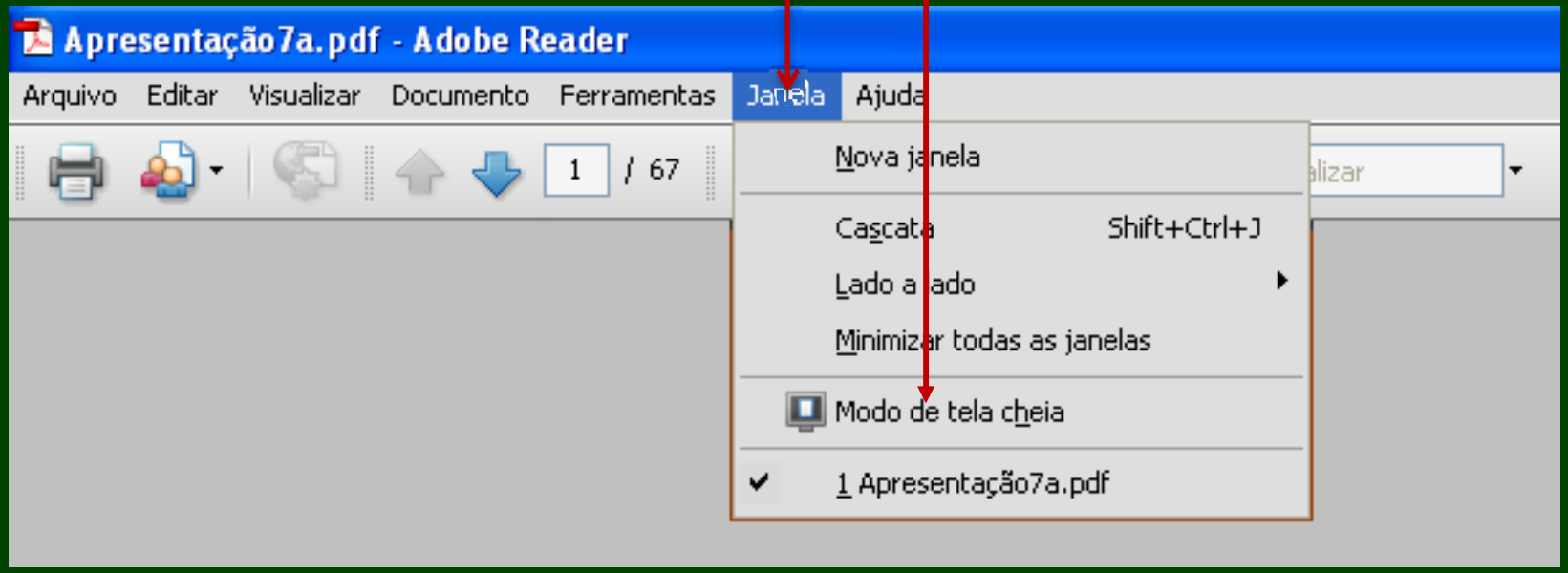
Esta apresentação em Adobe é melhor vista em tela cheia.

1. Para isso, na barra superior do aplicativo, clique em "janela" e selecione a opção "Modo de tela cheia.



2. Tecle "Page down" ou "Page up" para mudar de tela.

3. Ao final, para sair da apresentação, tecle "esc".

O Direito à Memória e à Verdade

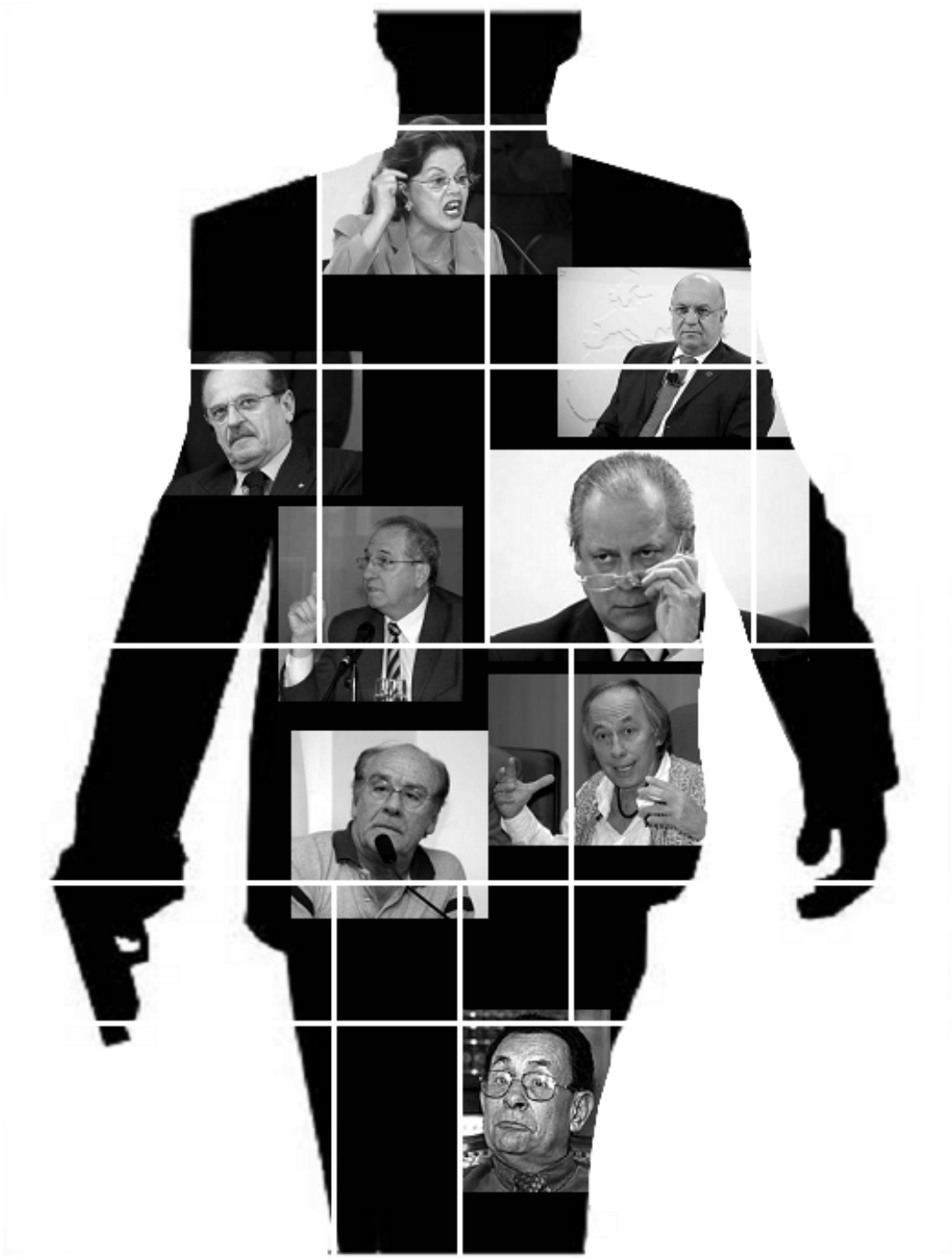
TERRORISMO NO BRASIL





Honoráveis Terroristas





O Direito à Memória e à Verdade

Prevalece hoje no País uma versão ideologizada dos acontecimentos da vida republicana brasileira entre 1961 (início do processo de radicalização das esquerdas) e 1985, difundida pela esquerda radical que tentou a tomada do poder nas décadas de 60 e 70, para implantar no país uma Ditadura Comunista.

É preciso se opor à versão distorcida dos fatos, em que guerrilheiros e terroristas de ontem pretendem exibir-se hoje travestidos de defensores da democracia. E há quem se oponha.

Em verdade, esses falsos heróis foram não mais que extremistas integrantes de organizações radicais de esquerda, como ALN, MR-8, COLINA, VPR, PCR, PCBR, Val-Palmares, entre outras, de que poucos se lembram. Financiados por Cuba e pela ex-União Soviética, eles levaram o País à desordem, à insegurança e ao caos. Fizeram quase tudo de criminoso que é possível ser feito:

"roubaram, assaltaram bancos, supermercados, carros fortes, trens, seqüestraram aviões, realizaram atentados a bomba contra consulados, quartéis e aeroportos, destruíram prédios públicos, seqüestraram embaixadores, mataram militares e civis a sangue frio, executaram prisioneiros, mutilaram inocentes, julgaram e condenaram pessoas à morte, criaram células terroristas para implantar a guerrilha urbana nas grandes cidades brasileiras, levaram a guerrilha para o campo, criando bases de treinamento em Registro e bases de operações em Xambioá."

Perderam a luta, para o bem dos brasileiros. Mas não desistiram do poder. Beneficiados pela Lei da Anistia, de 1979, terroristas e criminosos se reintegraram à vida política do País, solidários, articulados, astutos como somente os bandos e as quadrilhas sabem ser, logrando se instalar confortavelmente em setores estratégicos do Governo.

O Direito à Memória e à Verdade

Ousados e impunes, esses radicais se utilizam do aparato governamental para disseminar versões distorcidas de acontecimentos históricos. Avançam, sem qualquer constrangimento, sobre recursos públicos para recompensar os seus falsos heróis com indenizações milionárias. Ter sido um terrorista na década de 60 e 70 é uma credencial para um cargo no Governo e o enriquecimento fácil às custas do Estado.

Permitir, inerte, que ex-terroristas contem a História recente do País é calar-se para a desonestidade, o revanchismo, a infâmia e a calúnia.

Os fatos reais, a esquerda brasileira pretende esconder.

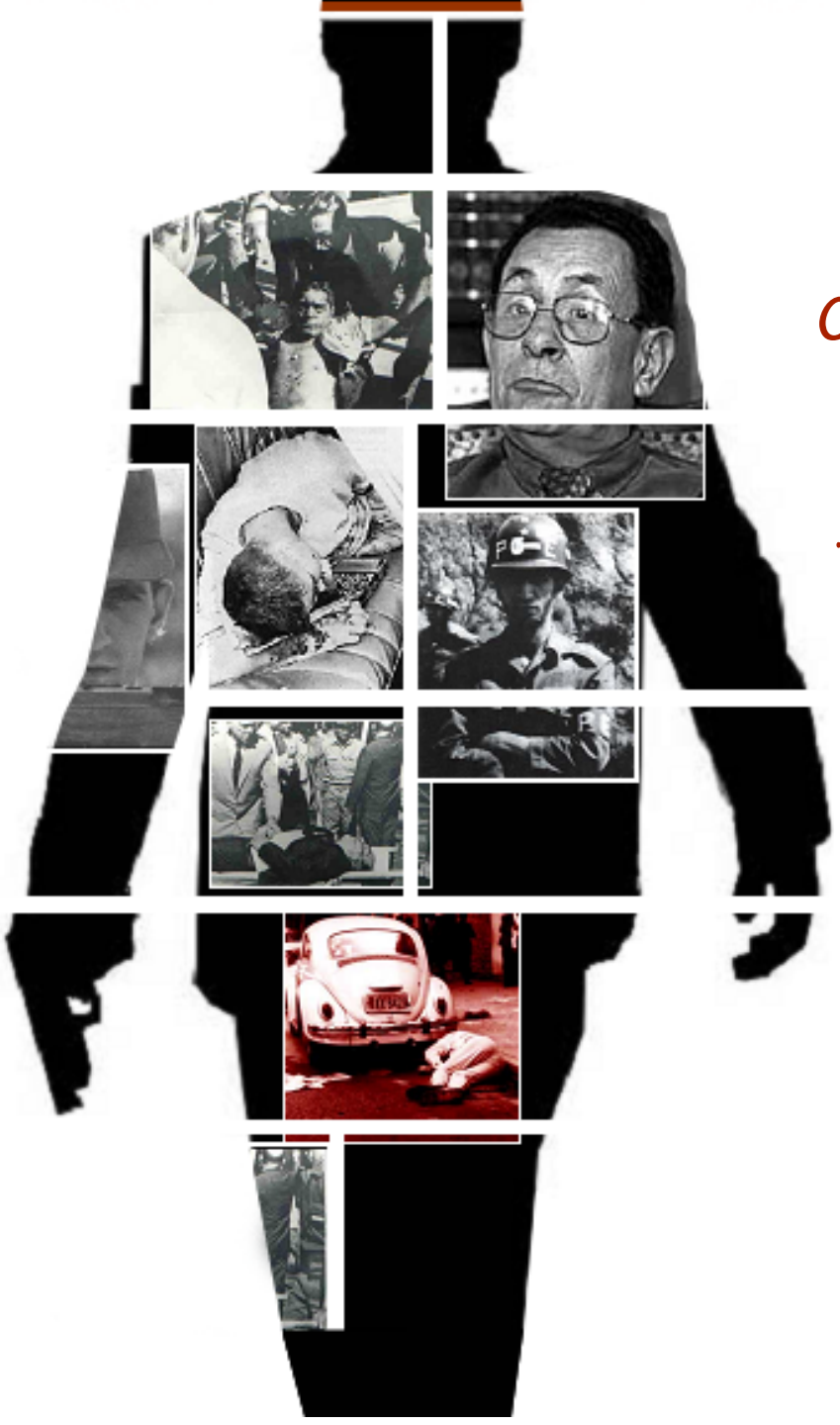
Porém, o direito à Memória e à Verdade deve ser garantido ao povo brasileiro, para desmistificar esses oportunistas inescrupulosos que mergulharam o pais no lodaçal do terrorismo e da luta fratricida, a serviço de ambições pessoais.

Eles já tiveram os seus fugazes quinze minutos de prestígio e fama, que agora se esgotam, pois o tempo é o senhor da verdade.

Vamos a breves relatos da História que a esquerda radical brasileira não quer ver divulgada.


1º Tenen
ALBERT
JÚ
Os Militares de todo B
orações para o 1º Tene
que foi metralhado hoje p


JORN
RNAL DO BRASIL
ORTESIA
ntado terrorista
ifica a normalidad
Coulart decreta a desapropriação d
encampa refinarias e pede nova Con
que foi metralhado hoje pela manhã
TERRORISTAS
PROCURADOS
AJUDE A PROTEGER
SUA VIDA E A DE
SEUS FAMILIARES
AVISE À POLÍCIA
Ação
Seqüestro do Embaixador durou apenas 3 minutos
Embaixador alemão é seqüestrado
Nação Afrontada
PARA SUBVERSÃO
O ESTADO DE S. PAULO
Terror mata industrial
nsina o
escola



O que fizeram nos anos de luta armada os falsos heróis que hoje intitulam a si próprios de "Resistência Democrática"?



Assassinatos
(justiçamentos)

Capitão Charles Chandler

O Capitão americano Charles Chandler foi julgado por um tribunal revolucionário e condenado à morte. Motivo? Apenas matar um yankee imperialista para lembrar a morte de Che Guevara ocorrida na Bolívia, em 08 de outubro de 67. Chandler seria executado em 08 de outubro de 68, no aniversário de um ano da morte de Guevara, na frente de familiares, para causar mais impacto.

Nesse dia, Chandler não saiu de casa e a ação fracassou. Em 12 de outubro de 1968, às 0815h, Chandler dirigiu-se para a garagem e retirou o seu carro, em marcha a ré, enquanto seu filho de 4 anos abria o portão e sua esposa aguardava na porta da casa. Os terroristas avançaram com um Volks roubado dias antes e bloquearam o caminho do carro de Chandler. No relato de Pedro Lobo (que dirigia o Volks). "nesse instante, um dos meus companheiros saltou do Volks, revólver na mão, e disparou contra Chandler". Era Diógenes José Carvalho de Oliveira, que descarregou, à queima roupa, os seis tiros de seu Taurus 38. E prossegue Pedro Lobo:

"Quando o primeiro companheiro deixou de disparar, o outro aproximou-se com a metralhadora INA e desferiu uma rajada. Foram catorze tiros. A décima quinta bala não deflagrou e o mecanismo automático da metralhadora deixou de funcionar. Não havia necessidade de continuar disparando. Chandler estava morto. Quando recebeu a rajada de metralhadora, emitiu uma espécie de ronco, um estertor, e então demo-nos conta de que estava morto". Quem portava a metralhadora era Marco Antônio Braz de Carvalho. A esposa e o filho de Chandler gritaram. Diógenes apontou o revólver para o menino, que correu apavorado para a casa da vizinha. Os três terroristas deixaram no local do crime cinco panfletos com os dizeres:

A Justiça Revolucionária executa o criminoso de guerra do Vietname, Chandler, e adverte os seus seguidores que, mais dia menos dia, ajustarão as suas contas com o TRIBUNAL REVOLUCIONÁRIO.



Diógenes de Oliveira





Capitão Charles Chandler






Execução de
prisioneiro a
sangue frio

Tenente Mendes



A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) estabeleceu um centro de treinamento de guerrilheiros no Vale da Ribeira, entre o Paraná e São Paulo, comandado pelo ex-capitão Carlos Lamarca. O Exército cercou a área e, em 08 de maio de 1970, depois de mais de duas semanas de cerco, Lamarca e mais 6 militantes emboscaram 20 homens da Polícia Militar de São Paulo, comandados pelo Tenente Alberto Mendes Junior.

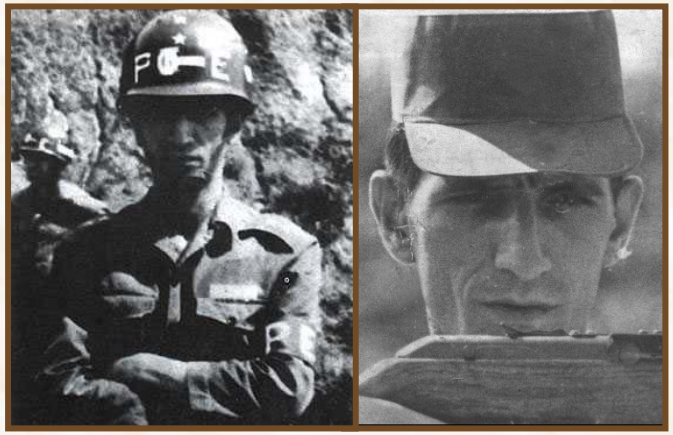
Cercado, o Tenente Mendes decidiu se entregar como refém, desde que seus subordinados, feridos, pudessem receber auxílio médico.

No dia seguinte, os 7 guerrilheiros ficaram reduzidos a 5, pois 2 haviam se extraviado na refrega da noite anterior. Conduzindo o Ten Mendes como refém, prosseguiram na rota de fuga. Depois de andarem um dia e meio, os 5 guerrilheiros pararam para um descanso, no início da tarde de 10 de maio de 1970. Lamarca disse que o Ten Mendes os havia traído, causando a morte de dois companheiros (não sabia que eles estavam apenas desgarrados) e, por isso, teria que ser executado.

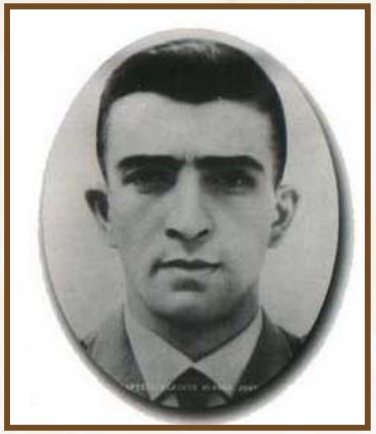
Nesse momento, enquanto Ariston Oliveira Lucena e Gilberto Faria Lima vigiavam o prisioneiro, Carlos Lamarca, Yoshitane Fujimore e Diógenes Sobrosa de Souza afastaram-se e, articulando-se em um "tribunal revolucionário", Condenaram o Ten Mendes à morte.

Tenente Mendes

Carlos Lamarca



Tenente Mendes



Poucos minutos depois, Yoshitane Fujimori, acercando-se por trás do Tenente, desferiu-lhe, com a coronha do fuzil, violentos golpes na cabeça. Caído e sangrando, o Ten Mendes se contorcia em dores. Então, Diógenes Sobrosa de Souza desferiu-lhe outros golpes na cabeça, esfacelando-a. Lamarca, perante os 4 terroristas, responsabilizou-se pelo assassinato.

Ali mesmo, numa pequena vala e com seus coturnos ao lado da cabeça ensangüentada, o Ten Mendes foi enterrado.

Cerca de 4 meses mais tarde, em 08 de setembro de 1970, Ariston Oliveira Lucena, que havia sido preso, apontou o local onde o Tenente Mendes estava enterrado.

As fotografias tiradas de seu crânio atestaram o horrendo crime. Ainda no mês de setembro, após a divulgação do assassinato do tenente Mendes, a VPR emitiu um comunicado "Ao Povo Brasileiro", justificando a ação de Lamarca, no qual aparece o seguinte trecho:

"A sentença de morte de um Tribunal Revolucionário deve ser cumprida por fuzilamento. No entanto, nos encontrávamos próximos ao inimigo, dentro de um cerco que pôde ser executado em virtude da existência de muitas estradas na região. O Tenente Mendes foi condenado e morreu a coronhadas de fuzil, e assim o foi, sendo depois enterrado."


Mutilação de civis



Orlando Lovecchio

No início da madrugada de 20 Mar 68, Diógenes de Oliveira (Diógenes do PT), da Vanguarda Popular Revolucionária, auxiliado pelos arquitetos Sérgio Ferro e Rodrigo Lefèvre, e por Dulce Maia, fez explodir uma bomba-relógio na biblioteca da USIS, no consulado dos EUA, na Avenida Paulista. O jovem Orlando Lovecchio Filho, de 22 anos, que caminhava pelo local, perdeu o terço inferior da perna esquerda na explosão.

Diógenes fez especialização em explosivos em Cuba. Em menos de um ano, foi autor de quatro crimes: Mutilou Orlando lovecchio, abateu com cinco tiros do seu revolver 38 o Capitão Charles Chandler,

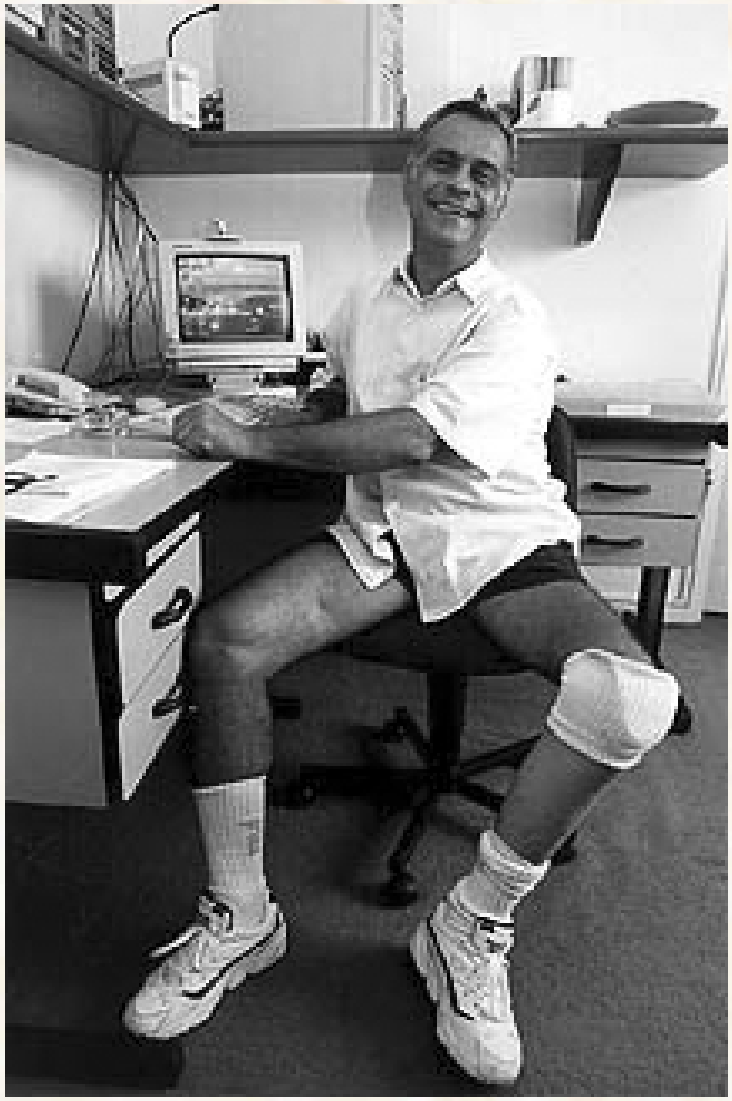


Diógenes de Oliveira

na frente da mulher e filhos da vítima, foi co-autor da morte do soldado Mário Kozel Filho, no ataque ao QG do II Exército, em São Paulo, e co-autor da morte do soldado Carlos Jeffery, no ataque ao quartel do Barro Branco. Além disso, vitimou dezenas de pessoas em atentados a bomba.

Em 24 de janeiro de 2007, Diógenes recebeu do Governo Federal uma aposentadoria vitalícia de R$ 1.627,00 mensais e uma indenização de R$ 400 mil, por ser considerado um perseguido político.

Orlando Lovecchio



Lovecchio não conseguiu ser indenizado pelo Governo, como Diógenes. Teve o seu requerimento indeferido, por não ser um perseguido político, de acordo com a Comissão de Anistia, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, de Paulo Vannucci. Foi obrigado a reorganizar sua vida. Encerrou o sonho de ser piloto comercial, caminha com uma prótese, é corretor de imóveis e mora em Santos, com a mãe e um filho.


Assassinatos
(justiçamentos")
de civis

Albert Boilesen


O ESTADO DE S. PAULO

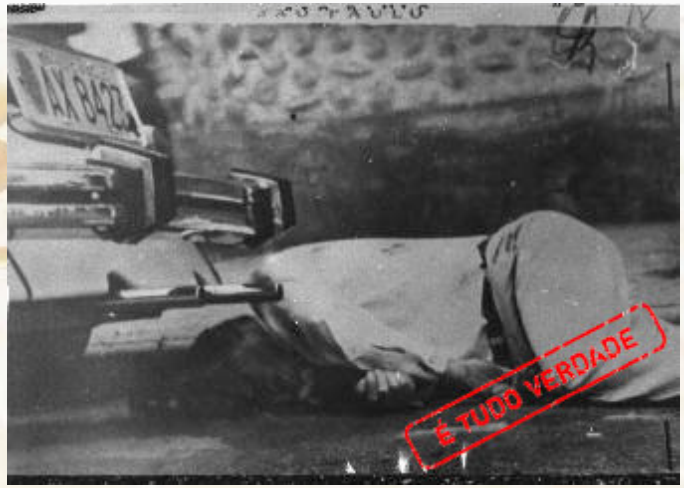
Terror mata industrial

Henning Albert Boilesen era um dinamarquês de 55 anos, formado em Administração de Empresas. Veio para São Paulo em 1942, como contador da Firestone, naturalizando-se brasileiro em 1959. Tornou-se o presidente do Grupo Ultragás, que englobava várias empresas ligadas à produção do gás liqüefeito de petróleo. Era casado. Tinha 3 filhos e 4 netos. Em janeiro de 1971, Carlos Lamarca condenou Boilesen a morrer. Ele foi escolhido para ser "justiçado", como forma de intimidação e demonstração de poder da ALN. A ordem foi dada à ALN e ao MRT. Os terroristas iniciaram os levantamentos dos hábitos de Boilesen, descobrindo que ele residia no Morumbi e que, freqüentemente, às 0900 horas, antes de ir para o trabalho, passava para ver um de seus filhos do primeiro casamento, na Rua Estados Unidos, 1.030.

Em 15 de abril de 1971, o Comando Revolucionário montou o seu dispositivo.



No carro da ação, um Volks, três militantes da ALN: Antônio Sérgio de Matos, como motorista, Yuri Xavier Pereira, com Fuzil Mauser 7 mm, e José Milton Barbosa, com uma metralhadora INA. No carro de cobertura, outro Volks, três militantes: Dimas Antônio Casemiro, como motorista, Joaquim Alencar de Seixas, com Winchester 44, e Gilberto Faria Lima, com uma metralhadora INA.





Haviam decidido que, como no caso do capitão Chandler, a execução seria em frente da casa do filho de Boilesen, na Rua Estados Unidos, a fim de causar maior impacto na opinião pública.

Estacionaram os dois carros na Alameda Casa Branca e Yuri e José Milton montaram guarda na esquina para esperar a sua saída. Boilesen saiu da casa de seu filho às 0910 horas e os terroristas não conseguiram interceptá-lo, saindo então em perseguição ao seu carro. Na esquina da Alameda Casa Branca, Boilesen parou para entrar à esquerda. Nesse momento, os dois carros emparelharam com o dele. Pela esquerda, Yuri, colocando o fuzil para fora da janela, disparou um tiro que raspou a cabeça de Boilesen. Este saiu do Gálaxie e tentou correr em direção contrária aos carros. Foi inútil. José Milton descarregou a metralhadora em suas costas e Yuri desfechou-lhe mais três tiros de fuzil. Cambaleando, Boilesen arrastou-se por mais alguns metros, indo cair na sarjeta, junto de um outro Volkswagen. Aproximando-se, Yuri disparou mais um tiro, que arrancou-lhe a maior parte da face esquerda. Os terrorista subiram em seus carros e fugiram em direção à Avenida Paulista. Sobre o cadáver de Boilesen, mutilado com 19 tiros, deixaram panfletos da ALN e do MRT, dirigidos ao "Povo Brasileiro":

"Como ele, existem muitos outros e sabemos quem são. Todos terão o mesmo fim, não importa quanto tempo demore; o que importa é que todos eles sentirão o peso da JUSTIÇA REVOLUCIONÁRIA.


Atentados contra
unidades militares



Mário Kosel Filho



QG do II Exército

O soldado Mário Kosel Filho servia no Quartel General do II Exército, em São Paulo/SP, no Ibirapuera. Em 26/06/68, estava no seu posto de sentinela, em uma madrugada fria e de pouca visibilidade.

Às 0430h, um tiro é disparado por uma sentinela contra uma camioneta chevrolet que segue desgovernada em direção ao quartel. Seu motorista saltara dela em movimento, após acelerá-la e direcioná-la ao portão do QG. O soldado Rufino, também sentinela, dispara 6 tiros contra o veículo que finalmente bate na parede externa do quartel. Kozel sai do seu posto e corre em direção ao carro para ver se há alguém no seu interior. Nesse momento, uma carga de 50 quilos de dinamite colocada dentro do veículo explode, espalhando destruição e morte em um raio de 100 metros.

Mário Kosel tem o corpo dilacerado. Seis militares ficaram feridos. Era mais um ato terrorista da organização chefiada por Carlos Lamarca, a VPR.

Participaram deste crime onze terroristas: Waldir Carlos Sarapu , Wilson Egídio Fava , Onofre Pinto, Eduardo Collen Leite, Diógenes José Carvalho de Oliveira, José Araújo de Nóbrega, Oswaldo Antônio dos Santos, Dulce de Souza Maia, Renata Ferraz Guerra de Andrade, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, e Pedro Lobo de Oliveira.


Atentados
a
bomba

O Atentado de Guararapes





Recife foi escolhida para ser o cenário inicial de uma nova forma de terrorismo no Brasil, os atentados a bomba.

Em 31 de Março de 1966, duas bombas explodiram no Recife, uma no edifício dos Correios e Telégrafos e outra na residência do Comandante do IV Exército. Uma terceira bomba foi encontrada inerte em num vaso de flores da Câmara Municipal do Recife. Iniciava-se a guerra suja.

Em 25 de Julho de 1966, uma nova série de três bombas sacudiram o Recife. Uma na sede da União de Estudantes de Pernambuco, outra nos escritórios do Serviço de Informações dos Estados Unidos (USIS), e uma terceira no Aeroporto Internacional dos Guararapes, que passou a ser o marco balizador do início da luta terrorista no Brasil.

Naquele dia, o Marechal Costa e Silva, então candidato à Presidência da República, era esperado por cerca de 300 pessoas no Aeroporto Internacional dos Guararapes.

Às 0830h, minutos antes da previsão de sua chegada, o serviço de som anunciou que Costa e Silva estava se deslocando por via terrestre de João Pessoa até Recife, em virtude de pane no seu avião. Esse comunicado provocou o início da retirada do público. O guarda-civil Sebastião Tomaz

O Atentado de Guararapes







de Aquino percebeu uma maleta escura abandonada junto à livraria "SODILER", no saguão do aeroporto. Julgando que alguém a havia esquecido, dirigiu-se para pegá-la e entregar no balcão do DAC. Antes de chegar à mala, ocorreu a explosão. O som ampliado pelo recinto, a fumaça, os estragos produzidos e os gemidos dos feridos provocaram o pânico e a correria do público. O ato terrorista provocou 17 vítimas.

Morreram o jornalista e secretário do governo de Pernambuco, Edson Regis de Carvalho, com o abdômem rompido, e o vice-almirante Nelson Gomes Fernandes, com o crânio esfacelado. O guarda civil Sebastião feriu-se no rosto e nas pernas, resultando na amputação de sua perna direita. O Tenente-Coronel do Exército Sylvio Ferreira da Silva sofreu fratura exposta do ombro esquerdo e amputação traumática de quatro dedos da mão esquerda.

O acaso, transferindo o local de chegada do futuro Presidente, salvou-lhe a vida e impediu tragédia maior.

O terrorismo indiscriminado, atingindo pessoas inocentes, mulheres e crianças, mostrou a frieza e o fanatismo da esquerda. Dois militantes foram acusados de envolvimento no atentado: Edinaldo Miranda de Oliveira, militante do (PCBR) e Ricardo Zaratini Filho, então militante do PCR e atual assessor parlamentar da liderança do PDT na Câmara Federal.

Muitos desses assassinos e terroristas ocupam hoje cargos no Governo e nunca responderam pelos seus crimes.

Há os que puxaram os gatilhos ou detonaram bombas;

Há os que assaltaram e roubaram para si próprios ou em nome dos grupos terroristas;

Há os que seqüestraram embaixadores;

Há os que seqüestraram aviões e os desviaram para Cuba;

Há os que integraram os tribunais revolucionários e condenaram pessoas à morte;

Há os mentores e os planejadores das execuções, dos assaltos e dos atentados;

Há os que dirigiram os veículos;

Há os que apenas deram apoio logístico às ações dos grupos de extermínio.





Onde estão alguns desses "honoráveis" terroristas?


José Dirceu
Ou "Daniel"





José Dirceu de Oliveira e Silva

(Daniel)

Terrorista dos anos 60/70. Na clandestinidade, era conhecido pelo codinome de Daniel. Filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) quando universitário e acompanhou Carlos Marighella, líder do PCB, na "Corrente Revolucionária" criada para promover a luta armada. Em 1968, liderou o conflito entre estudantes na rua Maria Antônia, em São Paulo, o qual culminou com a morte de um estudante, dezenas de feridos e carros incendiados e depredados.

Participou da execução e do planejamento de ações terroristas, como assaltos (expropriações), seqüestros e assassinatos. Em setembro de 1969, foi banido para o México com outros 14 integrantes de organizações de extrema esquerda, em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado no Rio de Janeiro.

Brasil

Do México, "Daniel" foi para Cuba, onde, durante 18 meses, participou de curso de guerrilhas.

De volta ao Brasil, com o rosto mudado por uma operação plástica, radicou-se em Cruzeiro do Oeste, Paraná, com o falso nome de "Carlos Henrique Gouveia de Mello". Ali viveu até o fim do regime militar, sem se expor publicamente como militante comunista e sem revelar seu passado de terrorista, nem mesmo para a mulher com quem se casara.

Com a anistia, José Dirceu reapareceu e se integrou à vida política dentro do PT. Com a eleição de Lula, foi colocado à frente da Casa Civil. Sua atuação na Casa Civil, que lhe garantiu o título de "chefe de quadrilha", devido à corrupção nos casos Waldomiro Diniz e "Mensalão", terminou com sua saída do Governo. De volta ao Congresso, foi cassado por falta de decoro parlamentar.

Atualmente, para consumo externo, aparece como advogado e assessor de empresas. Na política, é um dos dirigentes do PT. Nos bastidores, é um lobista que realiza negociatas para o Governo. Mantém a liderança e atuação dos tempos da Casa Civil.




Tarso Genro
Ou “Rui”

Tarso Fernando Herz Genro
(Rui)



Terrorista dos anos 60/70. Na clandestinidade, usava os codinomes "Carlos" e "Rui". Nasceu em Santa Maria, RS, e bem cedo filiou-se ao Partido Comunista do Brasil – PC do B. Em 1968, abandonou o PC do B e partiu para a luta armada, aderindo à Ala Vermelha. Nessa época, ainda atuando como líder estudantil na Universidade de Santa Maria, onde cursava Direito, foi eleito vereador pelo MDB.

Em dezembro de 1968, depois do AI-5, intensificou suas atividades como militante da Ala Vermelha e em 1970 foi preso duas vezes. Ao saber que havia sido expedida uma nova ordem de prisão contra ele, abandonou o país e fugiu para o Uruguai.

Em 1972, retornou ao Brasil e passou a advogar para sindicatos. Embora estivesse filiado ao MDB, mantinha ligações com organizações de esquerda e militava no clandestino Partido Revolucionário Comunista - PRC, uma dissidência do PC do B. Permaneceu no PRC até a criação do PT, em 1986, candidatando-se a deputado federal, mas a votação obtida só lhe garantiu a suplência.



Em 1988, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre na chapa com Olívio Dutra. De 1992 a 1996 foi prefeito de Porto Alegre, cargo que voltou a ocupar em 2000. Logo depois de assumir, Lula o colocou à frente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e em 2004 assumiu o Ministério da Educação. Em 2006, foi nomeado ministro das Relações Institucionais e, em 16 de março de 2007, tomou posse como Ministro da Justiça, cargo que ocupa atualmente.

Coerente com o seu passado de terrorista, Tarso concedeu asilo político ao terrorista italiano Cesare Battisti, condenado a prisão perpétua por quatro assassinatos na década de 70. Segundo a Justiça Italiana e o próprio CONARE, do Ministério da Justiça, Battisti é um criminoso comum. O STF, em 18 de novembro de 2009, negou a Battisti a condição de asilado político, o que obriga o Governo a extradita-lo.



Cesare Battisti

Tarso dá ainda ao Brasil a reputação de porto seguro para terroristas internacionais. Mantém no País, na condição de refugiados políticos, Anuncio Marti Mendez, Juan Arrom e Victor Colman, envolvidos em atos terroristas no Paraguai. Eles integram o Exército do Povo do Paraguai (EPP), grupo terrorista ligado às FARC. Baseados em Foz do Iguaçu, comandam ações das FARC em território paraguaio. O governo de Fernando Lugo espera a extradição dos terroristas. Dificilmente conseguirá, dada a simpatia que Tarso Genro nutre pelas FARC.


Dilma Roussef
Ou “Wanda”

L I N H A R E S
Sobrenome

TERRORISTA/ASSALTANTE DE BANCOS

Número do artigo 00237

DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES
Nome

ESTELA
Alcunha

POLEGAR DIREITO

CAPTURADO





Outros nomes: LUIZA; PATRICIA; WANDA

Assinaturas:

Filiação: Pedro Rousseff e Dilma Rousseff

Endereço: Av. João Pinheiro, 85 apto. 1001

Naturalidade: Belo Horizonte - MG Data Nasc: 14/12/47

Profissão: Desconhecida Est. civil: Casada (Lobato?)

Atividade:

1967 - militante da Política Operária (POLOP), MG

06/10/68 - assalto ao BANESPA, Rua Iguatemi: NCr$ 80 mil.

12/10/68 - planejamento assassinato Cap. Charles R. Chandler (?)

11/12/68 - assalto à casa de Armas Diana, R. do Seminário: 48 armas

??/04/69 - Comando de Libertação Nacional (COLINA)

24/01/69 - Assalto ao 4º RI Quitaúna, Osasco - SP: 63 FAL; 3 INA; 4 cunhetes munição

18/07/69 - Assalto casa Gov. Adhemar de Barros.

01/08/68 - assalto ao Banco Mercantil de São Paulo

??/09/69 - Congresso VAR Palmares (Teresópolis)

20/09/69 - assalto ao quartel da Força Pública, Barro Branco (cont.)



Dilma Vana Rousseff Linhares

(Wanda)

Terrorista dos anos 60/70. Na clandestinidade, atendia pelos codinomes de "Estela", "Luiza", "Patrícia" e "Wanda".

Dilma nasceu em 1947. Aos 20 anos, começou a militar na organização marxista Política Operária – POLOP. Foi recrutada pelo noivo e depois marido Cláudio Galeno de Magalhães Linhares ("Aurélio" e "Lobato"). Com as primeiras prisões de terroristas, abandonou a POLOP e com o marido aderiu Comando de Libertação Nacional – COLINA. Participou da organização e execução de assaltos, seqüestros e assassinatos.

Acompanhou a fusão do COLINA com a Vanguarda Popular Revolucionária, que deu origem à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-P), liderada pelo terrorista Carlos Lamarca.





Depois que o marido se asilou em Cuba, em 1970, tornou-se companheira de Carlos Franklin Paixão de Araújo, militante da VAR, advogado e ex-deputado estadual pelo PDT gaúcho.

Participou da organização do assassinato do capitão americano Charles R. Chandler, do planejamento do assalto ao 4º RI em Quitaúna (Osasco – SP), do assalto ao Banco Mercantil SA (São Paulo) e do assalto à casa do governador Adhemar de Barros. Foi presa em 1970 e condenada por terrorismo em três processos. Após a sua prisão, a VAR e a COLINA tiveram diversos reveses, em decorrência das informações repassadas por Dilma, que nada sofreu além do abatimento psicológico resultante da sua prisão no Presídio Tiradentes.

Em depoimento ao "Tortura Nunca Mais", Dilma tenta justificar-se, bravateando que foi torturada durante 22 dias, relato improvável pois foi libertada sem qualquer lesão ou seqüela, e muito bem de saúde.

Depois da anistia, militou durante algum tempo no PDT, para ingressar, depois, no PT, em 2001.

No Rio Grande do Sul, foi Secretária de Minas, Energia e Comunicações. No primeiro mandato de Lula, esteve à frente do Ministério de Minas e Energia. É hoje ´Ministra Chefe da Casa Civil, onde sucedeu José Dirceu.


Paulo Vannucci



Paulo de Tarso Vannucci

(É pra matar mesmo – Aliança Libertadora Nacional)

Terrorista dos anos 60/70. Nasceu em São Joaquim da Barra, São Paulo, em 15 de maio de 1950. Cursou medicina por dois anos na Universidade de São Paulo, abandonando o Curso. Formou-se em jornalismo pela mesma universidade.

Foi militante da Aliança Libertadora Nacional – ALN, criada por Carlos Marighella, ex-deputado pela Bahia.

Vannucci não participou de ações armadas na ALN, servindo apenas como apoio. Segundo militantes presos, Vannucci "amarelava" em situações de perigo, colocando em risco as operações. Por isso foi limitado a concepção e planejamento de ações terroristas, não se podendo imputar a ele a participação direta em atentados e assassinatos.

Mas foi o autor intelectual e o responsável por assaltos a bancos e a quartéis, atentados a bomba, roubo de armas, seqüestros, assassinatos e outras atrocidades cometidas pela ALN, a mais radical e sangüinária organização terrorista de esquerda.

A ALN, conhecida pelo bordão "É pra matar mesmo", pregava ser dever do guerrilheiro urbano "o extermínio físico dos agentes da repressão e a dedicar 24 horas do dia à expropriação dos exploradores da população" – (Manual do Guerrilheiro Urbano).



Paulo Vannucci foi preso sem oferecer resistência, em um aparelho da ALN, em São Paulo, em 1971. Sob pressão, cooperou com as investigações, em troca de uma pena branda, o que levou ao mapeamento da estrutura da ALN e à prisão de diversos dos seus companheiros. Recebeu uma pena de quatro anos de prisão.

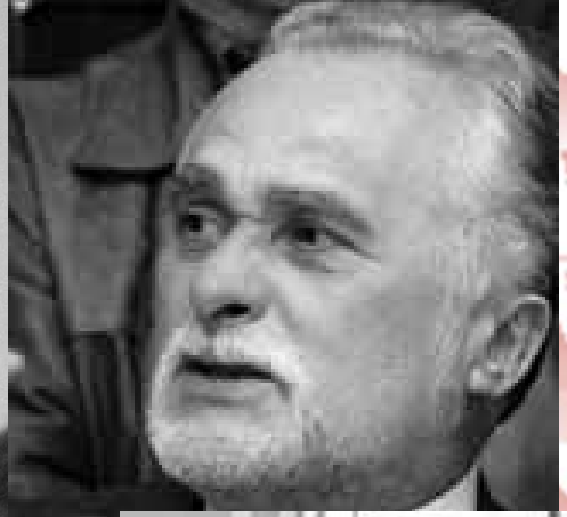
Aderindo ao PT, em 2001, Vannucci foi presidente do Instituto Cidadania, coordenado por Luiz Inácio Lula da Silva, e Secretário-Executivo do comitê central da campanha presidencial de Lula, em 2002, cargo que valeu a esse ex-terrorista a inconcebível nomeação a Secretário Especial de Direitos Humanos.

Paulo Vannucci cultua hoje o mesmo perfil de herói burocrata dos seus tempos de ALN, avesso ao risco pessoal. Trama, nas leis, decretos, planos e indenizações, a revanche da guerra que perdeu sem lutar, acovardado.

O seu Plano Nacional de Direitos Humanos-3 traz, dissimulado, o objetivo de reinterpretar a Lei da Anistia, para que se punam os crimes cometidos pelos órgãos do governo.

Em outra frente, tem usado o cargo de Secretário Especial de Direitos Humanos para premiar amigos ex-terroristas e ex-guerrilheiros com polpudas pensões e indenizações milionárias, em uma ousadia extemporânea que não apaga a sua inércia e o temor doentio que tinha frente ao perigo, quando era um jovem militante da ALN.







José Genoino
Ou "Geraldo"



José Genoino Guimarães Neto

(Geraldo)

Terrorista dos anos 60/70. Usava o codinome "Geraldo".

Nasceu em 1946 e aos 20 anos, em Fortaleza, ingressou no Partido Comunista do Brasil – PC do B. Com a decretação do AI-5, em dezembro de 1968, mudou-se para São Paulo e passou a viver na clandestinidade depois de ter sido preso por participação em agitação e protestos nos meios universitários. Em 1970, foi para Goiás onde participou da Guerrilha do Araguaia, uma das principais ações desenvolvidas pelo PC do B na época.

Em abril de 1972, foi capturado durante uma incursão dos militares que combatiam os guerrilheiros, fato que selou o fim da Guerrilha. A partir de sua prisão, o Exército localizou os esconderijos e depósitos de armas e ficou sabendo dos nomes dos líderes e militantes da guerrilha. Um a um, eles começaram a ser capturados ou mortos pelo Exército.

Em 2006, envolvido num grande esquema de corrupção: compra de votos de parlamentares, o famoso "mensalão", e empréstimos vultuosos para o PT, sem conhecimento de membros da executiva do Partido, foi obrigado a deixar a presidência do PT. Denunciado pelo Procurador Geral da República, está sob investigação pelo Supremo Tribunal Federal, como um dos responsáveis pelo "mensalão". Atualmente é deputado federal pelo PT.

Genoino foi julgado e condenado, cumprindo pena até 1977. Em 1978, abandonou o PC do B e, dois anos mais tarde, participou da fundação do Partido dos Trabalhadores – PT. Foi eleito deputado federal pelo PT em 1982 pela primeira vez, e reeleito nas quatro eleições seguintes. Em 2002, foi eleito presidente nacional do PT e nesse mesmo ano candidatou-se, ao governo do Estado de São Paulo, não sendo eleito.




1º Ten
ALBE
Os Militares de todo
orações para o 1º Te
Mendes Júnior, barba
em São Paulo por um
Brasília,
Diógenes de Oliveira
Ou “Leandro”



Diógenes José Carvalho de Oliveira

(Leandro)

Terrorista dos anos 60/70. Era conhecido pelos codinomes de "Leandro", "Leonardo", "Luiz" e "Pedro".

Em 1964, já era militante do Partido Comunista Brasileiro. Fugiu para o Uruguai e de lá, em 1966, foi para Cuba, onde fez curso de guerrilhas e especializou-se em explosivos. Em 1968, retornou ao Brasil e colaborou, em São Paulo, na organização da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. A partir daí teve participação ativa em São Paulo em assaltos a bancos, atentados com bombas, seqüestros e assassinatos.



Há uma longa lista de atentados e assassinatos praticados por Diogenes. Citam-se apenas os principais.

No início da madrugada de 20 Mar 68, fez explodir uma bomba-relógio na biblioteca da USIS, no consulado dos EUA, na Avenida Paulista. Três estudantes que caminhavam pelo local foram feridos, entre eles Orlando Lovecchio Filho, que perdeu o terço inferior da perna esquerda.

Na madrugada de 20 Abr 68, preparou mais uma bomba, desta vez lançada contra o jornal "O Estado de São Paulo. A explosão feriu três pessoas.

Na madrugada de 26 Jun 68, fez parte do grupo de 10 terroristas que lançou um carro-bomba contra o Quartel General do então II Exército, no Ibirapuera, matando o soldado Mario Kosel Filho, e ferindo mais seis militares.

Em 01 Ago 68, participou do assalto ao Banco Mercantil de São Paulo, localizado no bairro do Itaim, com o roubo de NCr$ 46 mil.

Em 20 Set 68, participou do assalto ao quartel da Força Pública, no Barro Branco. Na ocasião, foi morto a tiros o sentinela, soldado Antonio Carlos Jeffery, do qual foi roubada a sua metralhadora INA, que seria usada para matar o Capitão Chandler.

Na madrugada de 22 Jun 68, participou do assalto ao Hospital do Exército em São Paulo, localizado no Cambuci. Fardados de tenente e soldados, cerca de 10 militantes da VPR renderam a guarda e roubaram fuzis e munições.

Em 12 Out 68, assassinou, a sangue frio, o capitão Charles Chandler, do Exército dos EUA, descarregando os seis tiros de seu revólver Taurus calibre .38, na frente da mulher e do filho de Chandler.

Em 27 Out 68, participou do atentado à bomba contra a loja Sears da Água Branca.

Em 06 Dez 68, participou do assalto ao BANESPA da Rua Iguatemi, SP, roubando NCr$ 80 mil e ferindo o civil José Bonifácio Guercio, a coronhadas.

Em 11 Dez 68, participou do assalto à Casa de Armas Diana, na Rua do Seminário, de onde foram roubadas cerca de meia centena de armas, além de munições. Na ocasião, foi ferido a tiros o civil Bonifácio Signori.

Diógenes foi o coordenador do assalto realizado em 24 Jan 69, ao 4º RI, em Quitaúna, com o roubo de grande quantidade de armas e munições e que marcou o ingresso de Carlos Lamarca na VPR.

Em 02 Mar 69, Diógenes e Onofre Pinto foram presos na Praça da Árvore, em Vila Mariana.

Um ano depois, em 14 Mar 70, foi um dos cinco militantes comunistas banidos para o México, em troca da vida do cônsul do Japão em São Paulo.

Em 1986, era o assessor do vereador do PDT Valneri Neves Antunes, antigo companheiro da VPR e fazia parte do movimento "Tortura Nunca Mais".

Este homicida, sobre quem pesam as mortes do Capitão Chandler, a sangue frio, dos Soldados Mario Kosel Filho e Antonio Carlos Jeffery, e a mutilação de Orlando Lovechio Filho, em atentado à bomba, está livre. Não bastasse isso, no dia 24 de janeiro de 2007, o governo concedeu-lhe uma aposentadoria vitalícia de R$ 1.627,00 mensais, pagando-lhe ainda uma indenização de R$ 400.000,00, para compensar a "perseguição que sofreu durante a Ditadura".





Carlos Minc
Ou "Jair"









Carlos Minc Baumfeld

(Jair)

Terrorista dos anos 60/70. Era conhecido pelos codinomes de "Jair", "José" e "Orlando".

Nasceu no Rio de Janeiro em 1951 e aos 18 anos era um lider estudantil atuante. Com o início da luta armada contra o regime militar, aderiu à Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares – VAR-Palmares, liderada por Carlos Lamarca.

Em março de 1969, participou do assalto ao Banco Andrade Arnaud, de onde foram roubados 45 milhões de cruzeiros. Na ocasião, foi assassinado o comerciante Manoel da Silva Dutra.

Com outros militantes da VAR-PALMARES, sob o comando de Juarez Guimarães de Brito, participou, em 16/10/1969, do famoso assalto à casa de Anna Capriglione, no bairro de Santa Teresa no Rio de Janeiro, de onde foi roubado o "Cofre de Adhemar de Barros".

Levado para um dos esconderijos dos terroristas, o cofre foi arrombado e nele foram encontrados mais de dois milhões de dólares. Uma parte do dinheiro foi utilizada para financiar as atividades dos terroristas e comprar armas. A outra, a maior, desapareceu misteriosamente e até hoje não se sabe o seu destino.

rasil



Em outubro de 1969, foi detido em um dos "aparelhos" da VAR-PALMARES e permaneceu preso até 15 de junho de 1970, quando saiu do país formando parte do grupo dos 40 militantes comunistas banidos para a Argélia em troca do embaixador da Alemanha, seqüestrado cinco dias antes.

Com anistia, retornou ao Brasil e foi um dos fundadores do Partido Verde – PV com Fernando Gabeira. Em 1986, foi eleito deputado estadual pelo PV do Rio de Janeiro e reeleito, já como candidato do PT, em 1990, 1994, 1998 e 2002.

Foi secretário estadual do Meio Ambiente no Rio de Janeiro. Atualmente é ministro do Meio Ambiente.



João Carlos Kfouri Quartim de Morais
(Maneco)

Terrorista dos anos 60/70. Era conhecido pelos codinomes de "Manoel", "Mané" e "Maneco".

Iniciou como militante da Política Operária – POLOP. Em 1968, abandonou o POLOP e participou da criação da Vanguarda Popular Revolucionária – VPR. Foi um dos dirigentes da organização e teve participação em ações armadas do grupo.

Em setembro de 1968, foi um dos integrantes do "Tribunal Revolucionário" que condenou à morte o capitão norte-americano Charles Rodney Chandler.

Quartim admitiu, mais tarde, ter sido um dos mandantes do "justiçamento" de Chandler, mas, ao ver essa informação nos jornais, contestou-a com veemência, qualificando-a de calúnia.

Em dezembro de 1968, por divergências políticas, foi expulso da VPR e, quatro meses depois, com nome falso, fugiu para o Uruguai. De lá, em outubro de 1970, foi para Paris. Esteve também na Inglaterra, Itália, Iugoslávia e Chile.

Em 1970, no Chile, foi um dos fundadores da revista "Debate", posteriormente editada também na Europa. Essa publicação defendia basicamente a união dos comunistas brasileiros.

Com a anistia, regressou ao Brasil, onde passou a atuar na ABI e foi contratado como professor da UNICAMP. Em 1983, em São Paulo, foi nomeado secretário de imprensa pelo governador Franco Montoro.

Atualmente é professor titular da UNICAMP, onde criou o Centro de Estudos Marxistas.


Bruno Maranhão
ou “Carlos”



Bruno Costa de Albuquerque Maranhão
(Carlos)

Terrorista dos anos 60/70. Era conhecido pelos codinomes de "Carlos", "Fabiano", "Fred", "Henrique", "Márcio" "Paulo", "Roque", "Tião", "Valmir", "Ceci", "Marinho" e "Robson".

Nasceu em 1939 e iniciou sua militância política na Ação Popular, aos 20 anos. Aderiu posteriormente à "Corrente Revolucionária" e participou da fundação do Partido Comunista Revolucionário Brasileiro – PCRB.

Em Pernambuco, esteve à frente do PCRB e liderou ações armadas como assaltos a bancos e atentados. No início da década de 70, sem nunca ter sido preso, buscou refúgio no exterior. Viveu na França e no Chile.

Com a anistia, retornou ao Brasil e ajudou a fundar o PT, partido de que o PCRB passou a fazer parte com o nome fantasia de Tendência Brasil Socialista.

Em 1997, Bruno Maranhão provocou uma cisão no Movimento dos Sem Terra – MST – que deu origem ao Movimento de Libertação dos Sem Terra – MLST. Esse grupo, que pode ser considerado extensão ou braço armado do PCRB na área rural, é sustentado com dinheiro que o Governo Federal repassa para a Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária, mantenedora do MLST.

Sob a liderança de Bruno Maranhão, o MLST tem realizado invasões de Ministérios e repartições públicas.



Depredação da Câmara dos Deputados

A última foi em 2006, quando 500 militantes do MLST, armados de paus e pedras e comandados por Bruno, invadiram o Congresso Nacional e depredaram a Câmara dos Deputados para protestar contra a demora na desapropriação de terras para reforma agrária. Bruno Maranhão continua ativo à frente do MLST, presente em 12 Estados e responsável pela invasão de fazendas sob o olhar complacente do Governo Federal.

Bruno Maranhão e Lula são velhos amigos, desde a fundação do PT. Bruno é um militante sem terra Bastante singular. Não mora em assentamentos rurais nem passa suas noites debaixo de lonas de plástico.

Esse sem-terra, filho de grandes proprietários de terra de Pernambuco, tem dois endereços. O primeiro é uma mansão de três pavimentos com elevador panorâmico, no Recife. O segundo é um apartamento dúplex no bairro de Higienópolis.

A família Maranhão é uma das mais tradicionais de Pernambuco, dona de pelo menos oito grandes propriedades no Estado, entre engenhos de cana-de-açúcar e fazendas.



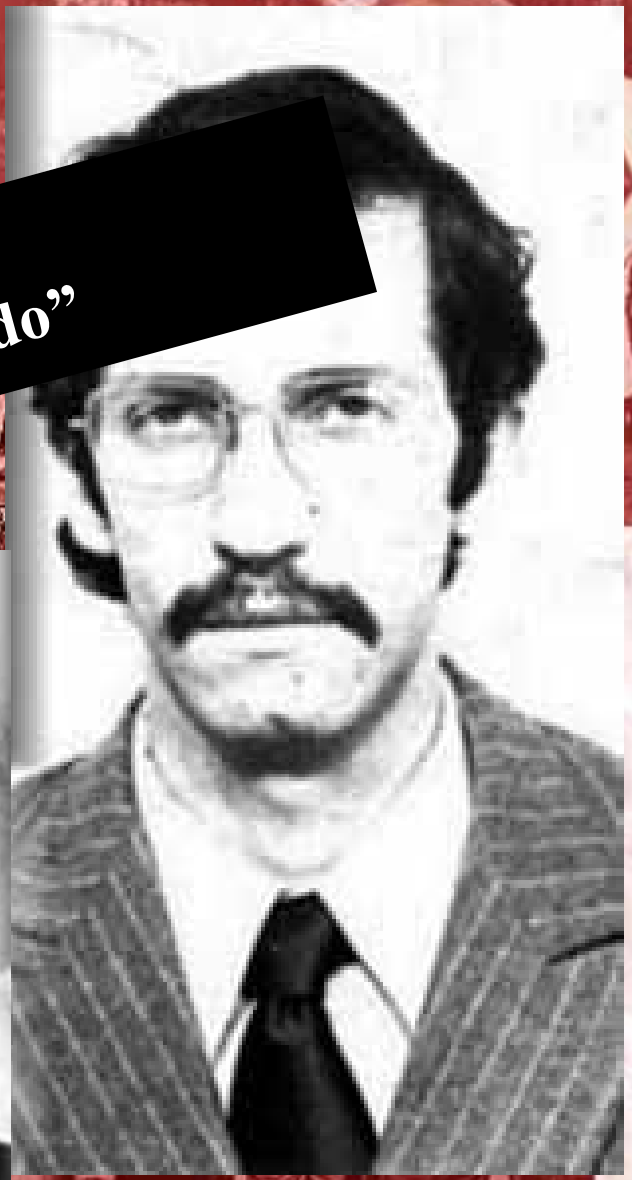
Um dos apartamento do sem-terra Bruno Maranhão

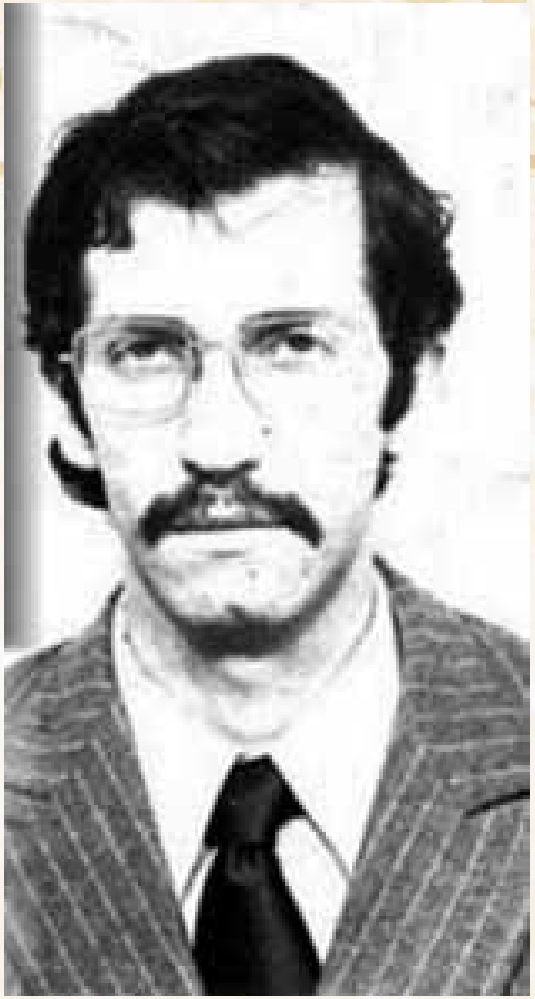
Franklin Martins, “Waldir” ou “Comprido”











Franklin de Souza Martins (Comprido)

Terrorista dos anos 60/70. Usava os codinomes "Waldir", "Francisco", "Rogério", "Comprido", "Grande", "Nilson" e "Lula".

Nasceu em 1948 e deu os primeiros passos no jornalismo na Última Hora e Manchete. Aderiu à militância política comunista em 1966, quando ingressou no Partido Comunista Brasileiro – PCB e desenvolveu intensa atividade nos meios estudantis.

Militante do MR-8, esteve preso em São Paulo em 1968. Escreveu em jornais clandestinos, como Unidade Proletária e Brasil Socialista, onde usava o pseudônimo de Luís Antônio Tovar

Em abril de 1968, a DI/GB, transformada posteriormente em Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), realizou uma conferência em que elegeu uma Direção Geral (DG), integrada por Daniel Aarão Reis Filho, Franklin de Souza Martins e José Roberto Spiegner.

Franklin foi encarregado da Frente de Trabalho Armado (FTA), responsável pelas ações armadas, roubos e assaltos a bancos, ataques a sentinelas, roubos de armas e explosivos, assassinatos (justiçamentos).

A violência com que o MR-8 agia amedrontava a população. Apesar da fala mansa, Franklin Martins é descrito nos arquivos do SNI como "perigoso e propenso a atirar por pouca coisa".



Em 1969, foi eleito para a Direção Geral do MR-8 e no mesmo ano foi um dos planejadores e executores do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. Há diversas acusações contra Franklin, por atentados e assaltos. Ele próprio confirma dois casos: fez a segurança da operação de assalto à casa do deputado Edgar Magalhães de Almeida, roubando cerca de U$ 70 mil no cofre de casa, descrita hoje pelo ministro como "expropriação", e não roubo. Em 4 de setembro de 1969, estava na direção do Volkswagen azul que bloqueou a passagem do carro do embaixador norte-americano Charles Elbrick. A divulgação de um manifesto redigido com a colaboração de Franklin Martins e a libertação de 15 presos políticos, levados para o México, foram as exigências dos terroristas para libertar o embaixador.

Trechos do Manifesto lido nas rádios por ocasião do seqüestro do embaixador americano mostra qual era a índole e os objetivos desses terroristas:

"Na verdade, o rapto do embaixador <u>é apenas mais um ato da guerra revolucionária, que avança a cada dia e que ainda este ano iniciará sua etapa de guerrilha rural</u>. A vida e a morte do Sr. embaixador estão nas mãos da ditadura. Se ela atender a duas exigências, o sr. Burke Elbrick será libertado. Caso contrário, seremos obrigados a <u>cumprir a justiça revolucionária</u>"



Em fins de 1969, fugiu do Brasil e foi viver em Cuba, onde fez curso de guerrilhas em companhia de outros brasileiros ali refugiados. De Cuba, foi para o Chile, para se abrigar sob o governo de Salvador Allende.

Em 1973, retornou ao Brasil. Com a anistia, aposentou o pseudônimo Tovar, para atuar como jornalista. Começou em O Globo, depois foi para o JB, em 85. Na metade dos anos 90, voltou para as Organizações Globo, onde foi diretor da sucursal de O Globo em Brasília e colunista político no jornal e comentarista na TV. Foi demitido da Globo, em abril de 2006, depois de uma denúncia de que mantinha "relações promíscuas" com o poder político do PT.

Solidário com o passado de Franklin, o atual Governo identificou nele o perfil do militante de esquerda que deveria ser recompensado, levando-o para o Palácio do Planalto. Com status de ministro, Franklin está encarregado do setor de comunicação, propaganda e imprensa do governo Lula.

Uma de suas iniciativas foi a criação da TV estatal, já no ar, com propaganda aberta dos atuais ocupantes do poder, visando às eleições de 2.010.



A Farra das Indenizações Milionárias

A Farra das Indenizações Milionárias

O direito de reparação econômica ao anistiado político está previsto na Lei nº 10.559/02. O valor indenizado está sujeito a reajuste e é isento de imposto de renda. É calculado com base na remuneração que o anistiado receberia hoje, caso não tivesse sido afastado da atividade em que trabalhava na época do regime. Mesmo se o anistiado não comprova qualquer vínculo empregatício para cálculo da indenização, ainda assim recebe 30 salários mínimos para cada ano da alegada perseguição. Portanto, basta requerer o benefício, sem necessidade de comprovação.

O Art 12 da referida Lei cria, no âmbito do Ministério da Justiça, a Comissão de Anistia, com a finalidade de examinar os requerimentos. A Comissão é nomeada pelo Ministro da Justiça, o que tem possibilitado a escolha de integrantes alinhados com a esquerda revolucionária dos anos 60 e 70.

Números do Ministério da Justiça mostram que, desde que a Comissão de Anistia foi criada, em 2001, já foram autorizados mais de R$ 2,5 bilhões em indenizações.

Até o fim do ano de 2009, a Comissão analisou 37,3 mil pedidos e concedeu 24,6 mil reparações. As dez indenizações mais vultuosas somam R$ 29,8 milhões. Há ainda mais de 40 mil pedidos a serem analisados.

Os números denunciam um vergonhoso esquema de distribuição de dinheiro entre os integrantes da esquerda derrotada na década de 70. Não há qualquer possibilidade de se justificar a existência de tantos perseguidos políticos, nem o valor das fortunas pagas. Como exemplo, há o caso de Carlos Heitor Cony, colunista da Folha e da rádio CBN, a quem o Ministro da Justiça, em portaria nº 2.946/04, concedeu uma pensão mensal vitalícia de R$ 23.187,90, e mais uma indenização de R$ 1.417.072,75.

O motivo alegado é a reparação econômica a Cony, demitido do Correio da Manhã, em 1965, por ter escrito um artigo contra o Ato Institucional nº 2. Cony nunca parou de trabalhar, não foi preso, torturado ou impedido de exercer sua profissão, ou mesmo de escrever artigos para jornais depois dessa demissão.



O Revanchismo

O Art. 5º da Constituição Federal estabelece, em seu Inciso XLIII, que "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos".

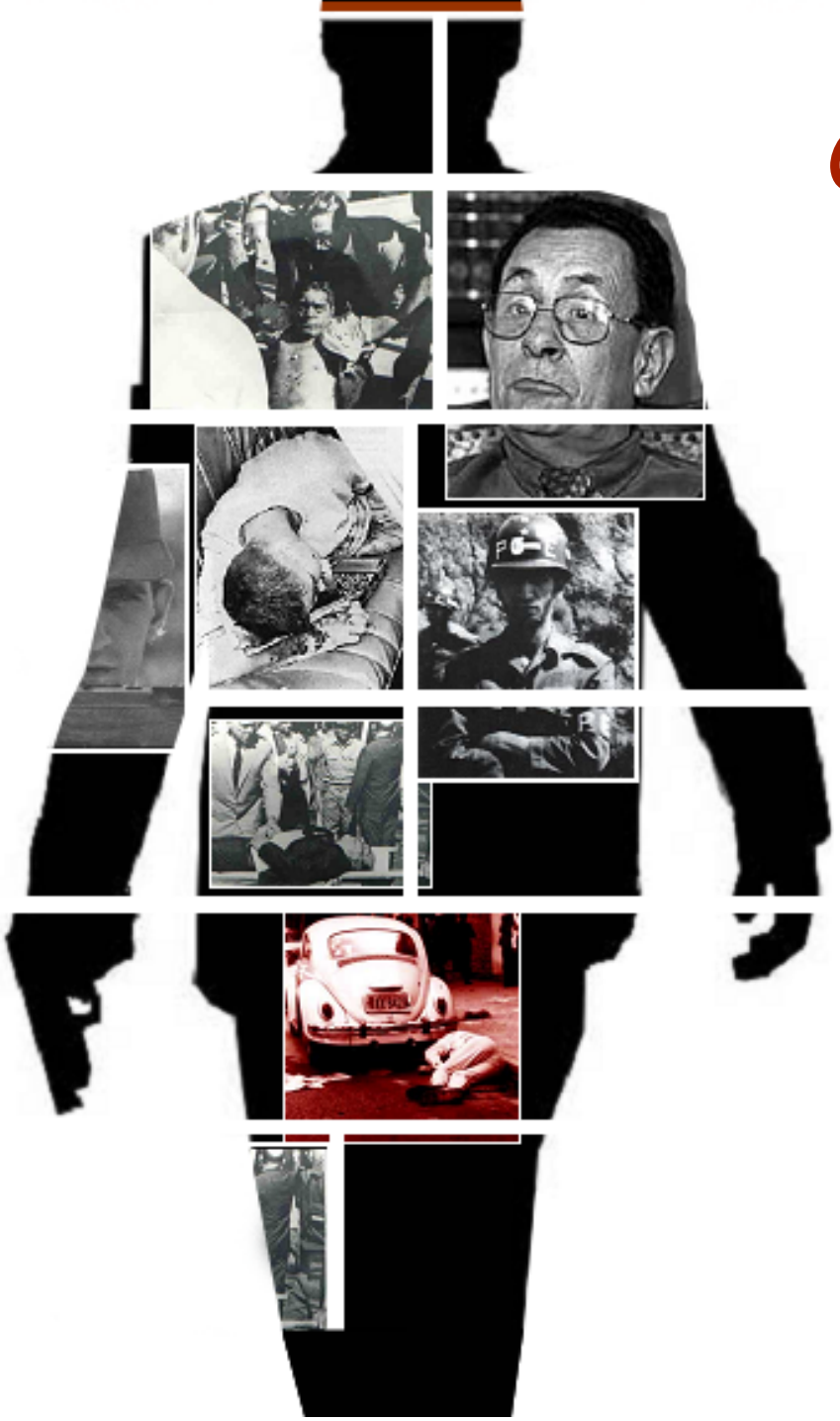
Todos esses crimes foram contemplados na lei 6.683, de 28 de agosto de 1979 (Lei da Anistia), que antecedeu a Constituição Federal (05/10/88). Assim, a lei 6.683 não pode ser revista em relação aos crimes anistiados, devido ao princípio constitucional da irretroatividade da Lei Penal.

Grupos da esquerda radical, acolhidos pelo atual governo, tentam forjar uma saída legal para o revanchismo, argumentando que a Lei da Anistia não contemplou os "Agentes do Estado", mas apenas os que lutaram contra o Governo. Estariam anistiados apenas os guerrilheiros e terroristas, mas não as forças governamentais que se opuseram a eles. É o "tudo pode" dos radicais, em que a Lei deve ser moldada para servir às suas causas.

Todavia, é evidente que, se a Lei 6.683 for reinterpretada, ela deve abarcar também o terrorismo e os crimes hediondos, praticados pelos que roubaram e assaltaram sob o nome de "expropriação", torturaram, assassinaram agentes do estado, civis e outros terroristas sob o nome de "justiçamento", e cometeram "crimes hediondos", como as execuções e os assassinatos indiscriminados, através de atentados a bomba.

Independentemente da revisão da Lei da Anistia, impõe-se ao Estado brasileiro a obrigação de suspender as vergonhosas concessões de aposentadorias e indenizações milionárias a ex-terroristas, esquerdistas, criminosos comuns e oportunistas, resultado do trabalho faccioso da Comissão da Anistia, instituída pela Lei nº 10.559/02, e constituída por ex-guerrilheiros ou seus simpatizantes. É um instituto de benesses ímpar no mundo civilizado, distribuindo fortunas que nenhum dos beneficiados jamais conseguiria amealhar em trabalho digno e honesto, mesmo que mourejasse por muitos séculos, diuturnamente.

O legado da esquerda radical ao Brasil





A luta pela tomada do poder no Brasil começou em 1961, com a radicalização das esquerdas, o que resultou na contra-Revolução de 31 de Março de 1964.

Por pouco, realmente muito pouco, as esquerdas não tomaram o poder para transformar o Brasil em uma Cuba de Fidel e de Guevara, de proporções maiores e destinada a misérias maiores.

Se conseguissem, teriam se tornado, agora sabemos, Ditadores Vitalícios, que ainda hoje estariam a desgraçar a Nação. O desfecho seria o totalitarismo, a concentração de poder, a vingança, os "Justiçamentos", a mordaça na imprensa, as prisões sem julgamentos e, ao final, a falência econômica, o atraso, a guerra civil e o separatismo, resultado único nos países onde a esquerda radical e totalitária tomou o poder.



A esquerda poderia ter chegado ao poder pela via institucional e democrática, como ocorreu em 2.002, com a eleição do atual Governo. Mas o seu instinto autoritário e golpista e a voracidade pelo poder absoluto não lhes permitiu esperar. Tentaram a tomada do governo pela força, nada mais conseguindo do que mergulhar o país no lodaçal do terrorismo covarde e da luta fratricida.

A história desses assassinos e terroristas inescrupulosos, representantes de uma esquerda rançosa e ultrapassada que teima em existir, deve ser conhecida, para que não sejam divulgados como atos heróicos esses feitos covardes e sanguinários que enlutaram famílias de anônimos brasileiros.





Fontes de informação:

- Operação Orvil
- Imprensa Oficial
- Arquivos de colaboradores
- Internet